

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

| | |
|--|---|
| 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos | 1 |
| 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado | 3 |
| 5.3 - Descrição - Controles Internos | 5 |
| 5.4 - Alterações significativas | 6 |

10. Comentários dos diretores

| | |
|--|----|
| 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais | 7 |
| 10.2 - Resultado operacional e financeiro | 11 |
| 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs | 13 |
| 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases | 14 |
| 10.5 - Políticas contábeis críticas | 15 |
| 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 36 |
| 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados | 37 |
| 10.8 - Plano de Negócios | 38 |
| 10.9 - Outros fatores com influência relevante | 39 |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Descrição, quantitativa e qualitativamente, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros:

Riscos relacionados às operações internacionais e de exportação da Companhia.

A receita líquida de vendas da Companhia proveniente do mercado externo representou aproximadamente 29,8% em 2010. As atividades internacionais da Companhia a expõem a riscos não enfrentados por empresas com atuação restrita ao Brasil. Um risco significativo é a possibilidade de as operações internacionais serem afetadas por restrições e tarifas de importação ou outras medidas de proteção ao comércio e exigências de licença de importação ou exportação. O desempenho financeiro futuro da Companhia dependerá significativamente das condições econômicas, políticas e sociais nos principais mercados da Companhia. Outros riscos associados às operações internacionais da Companhia incluem: (i) variação das taxas de câmbio e de inflação nos países estrangeiros nos quais a Companhia opera; (ii) controles cambiais; (iii) alteração das condições políticas ou econômicas de um país ou de um região específica, em particular de mercados emergentes; (iv) consequências potencialmente negativas em decorrência de alterações de exigências regulatórias; (v) dificuldades e custos associados à observância e execução de diferentes leis, tratados e regulamentos internacionais complexos; (vi) alíquotas de tributos; (vii) consequências potencialmente negativas de alterações na legislação tributária; e (viii) custos de distribuição, interrupções do transporte ou redução da disponibilidade de transporte fretado. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia ter impacto negativo sobre os resultados operacionais e a capacidade da Companhia de realizar negócios em mercados existentes ou em desenvolvimento.

Riscos relacionados à variação cambial.

A Companhia mantém proteção contra riscos de flutuações cambiais sobre os ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos, por meio de operações de *forward*. Essas operações são administradas de acordo com a estratégia pré-estabelecidas e são acompanhadas por adequados sistemas de controle.

Além disso, a volatilidade nas taxas de câmbio entre o Real e as moedas de outros países em que a Companhia está presente pode elevar o seu custo de serviço da dívida em moeda estrangeira e afetar negativamente o desempenho financeiro e operacional a nível consolidado da Companhia.

Riscos relacionados ao crédito.

A política de vendas das diversas unidades da Companhia é subordinada às normas fixadas pela Administração, as quais procuram minimizar os eventuais problemas de inadimplência de clientes. Este objetivo é atingido através da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento e através da diversificação das contas a receber (pulverização do risco). Para limitar o risco de crédito, por garantias dadas nos financiamentos aos clientes, a Companhia adota como política a venda do produto com reserva de domínio, com garantias reais e avais pessoais dos clientes. Nas exportações, a empresa adota como prática, a garantia das operações através de cartas de crédito e/ou outras garantias que assegurem a liquidez das operações. Além das garantias diretas constituídas pelo cliente, são estabelecidos limites de crédito por país e individualizados por cliente. A carteira de clientes é convenientemente diversificada e geograficamente bem

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

distribuída. A Companhia habitualmente constitui provisões para todas as demandas comprováveis de desfechos desfavoráveis. Além disso, são constituídas provisões para cobrir custos de assistência técnica aos produtos vendidos e perdas nos estoques. Na política de crédito, os mesmos critérios são seguidos nas operações do Banco Moneo.

Riscos relacionados à inflação e às medidas tomadas pelo Governo Federal para combatê-la.

No passado, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. A inflação e certos atos do governo para combatê-la já causaram efeitos significativamente negativos sobre a economia brasileira. Desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, no entanto, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos períodos anteriores. No entanto, pressões inflacionárias persistem e medidas adotadas para combatê-las, bem como a especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo Governo Federal, têm gerado ao longo dos últimos anos um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentado a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. As pressões inflacionárias podem levar a intervenções governamentais sobre a economia, incluindo a introdução de políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, poderia afetar adversamente as operações da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Companhia, seus objetivos, estratégias e instrumentos:*****a. riscos para os quais se busca proteção:***

A Companhia busca proteção contra riscos das variações de taxas de câmbio das exportações da Controladora e empresas ligadas.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge):

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados na mensuração, análise e gestão de riscos. Essa política é monitorada permanentemente pelo Comitê de Auditoria e Riscos e por executivos financeiros da Companhia, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da administração na gestão desses riscos, determinando os limites de posição e exposição. A política não permite operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. As estratégias utilizadas pela Companhia vão desde análises detalhadas das demonstrações financeiras dos clientes da Companhia e consultas a órgãos de monitoramento de crédito.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge):**Risco de taxas de juros**

O risco de taxa de juros sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos é reduzido, através da estratégia de equalização das taxas contratadas à taxa CDI, por meio de contratos de mercado futuro em bolsa de valores.

Risco de variação cambial

O risco de variação cambial sobre os empréstimos, financiamentos, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, estoques e outras obrigações eventuais, denominadas em moeda estrangeira, são protegidos através da estratégia de minimização da posição diária de ativos e passivos expostos à variação de taxas de câmbio, através da contratação de *hedge* de futuro de câmbio na BM&FBovespa e contratos de *swap* (troca de variação cambial por variação da taxa CDI).

Risco de crédito

A Companhia é potencialmente sujeita a riscos de créditos relacionados com as contas a receber. As estratégias de redução do risco de crédito baseiam-se na pulverização da carteira, não possuindo clientes ou grupo empresarial que representem mais de 5,0% do faturamento consolidado, concessão de crédito relacionada com índices financeiros, análise detalhada da idoneidade financeira dos clientes através do CNPJ próprio, empresas coligadas e CPF dos sócios, e através de consultas a órgãos de informações e monitoramento constante de clientes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado***d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:*****Risco de taxas de juros**

Os parâmetros para cobertura levam em consideração a relevância da exposição líquida, baseados em valores, prazos e taxas de juros em comparação com a taxa CDI.

Risco de variação cambial

O parâmetro para proteção se baseia na exposição líquida em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais equilibrando seus ativos não denominados em Reais contra suas obrigações não denominadas em Reais, protegendo assim o balanço patrimonial da Companhia.

Risco de crédito

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por cliente e por mercado, através de sua área de análise de crédito e gestão da carteira de clientes. Desta forma, busca-se reduzir a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas para a Companhia em caso de inadimplência ou implementação de barreiras comerciais em países para os quais exporta. O risco por mercado de exposição é monitorado pelo Comitê de Auditoria e Riscos.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos:

A Companhia opera instrumentos financeiros com o objetivo exclusivo de proteção patrimonial (*hedge*).

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de risco

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada pelo Diretor Financeiro e pelo Diretor Geral, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes. Os controles são periodicamente auditados internamente (Auditoria Interna).

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

A Companhia possui um Comitê de Auditoria e Riscos ligado ao Conselho de Administração que, juntamente com a Diretoria, por meio da estrutura organizacional da Companhia, monitora e avalia a adequação das suas operações com as políticas adotadas, contando com o apoio da Auditoria Interna.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Em relação ao último exercício social, indicação de alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada:

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1. a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:**

O ano de 2010 caracterizou-se para a Marcopolo como um ano de recuperação da demanda interna no Brasil, de maturação dos investimentos em suas unidades no exterior, principalmente na Índia e no Egito, e de consistentes resultados operacionais e financeiros.

A Companhia apresenta saudáveis condições patrimoniais e financeiras:

- ✓ Consistente geração de lucros;
- ✓ Geração operacional de caixa e confortável posição financeira;
- ✓ Adequada estrutura de capital, com financiamento de terceiros com custo competitivo;
- ✓ Caixa líquido no segmento industrial;

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**i. Hipóteses de resgate**

Não se aplica.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O caixa disponível aproximadamente é 2,2 vezes superior aos passivos financeiros de curto prazo. O segmento industrial apresentava caixa líquido de R\$ 8,4 milhões em 31/12/2010.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré pagamentos e pré embarques atrelados às operações de exportações. Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como o FINEP e o FINAME.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

ACCs, pré pagamento, pré embarque, FINEP e FINAME.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

| | | Controladora | | | Consolidado | | |
|--------------------------------------|-----------------------------|------------------------|------------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|-----------------------|
| | Taxa média ponderada % a.a. | 31 de dezembro de 2010 | 31 de dezembro de 2009 | 1º de janeiro de 2009 | 31 de dezembro de 2010 | 31 de dezembro de 2009 | 1º de janeiro de 2009 |
| Moeda nacional | | | | | | | |
| FINAME | 6,79 | 8.177 | 7.673 | 1.927 | 10.341 | 8.464 | 2.857 |
| Empréstimos bancários | 12,25 | 1.215 | 1.805 | 2.342 | 18.951 | 39.182 | 37.177 |
| FINEP | 6,11 | 110.416 | 106.568 | 80.629 | 118.156 | 115.258 | 118.071 |
| Pré-embarque especial | 4,50 | 516.095 | 315.349 | 209.300 | 516.095 | 315.349 | 209.300 |
| FIDC - Marcopolo Financeiro | CDI + 1,40 | | | | | 24.573 | 33.911 |
| Moeda estrangeira | | | | | | | |
| Adiantamentos de contratos de câmbio | 7,60 | | 45.484 | 69.038 | 15 | 48.432 | 77.671 |
| Pré-pagamento de exportação em | | | | | | | |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | Taxa média ponderada % a.a. | Controladora | | | Consolidado | | |
|---------------------------------------|--------------------------------|------------------------|------------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|-----------------------|
| | | 31 de dezembro de 2010 | 31 de dezembro de 2009 | 1º de janeiro de 2009 | 31 de dezembro de 2010 | 31 de dezembro de 2009 | 1º de janeiro de 2009 |
| dólares norte-americanos | 3,25 | 60.743 | 70.190 | 94.952 | 61.143 | 71.028 | 96.450 |
| Financiamento em dólares | 4,50 | | 17.476 | 13.653 | 15.525 | 21.363 | 109.445 |
| Financiamento em pesos argentinos | 16,88 | | | | 3.723 | 2.319 | 2.718 |
| Financiamento em randes sul-africanos | | | | | | 19.156 | 6.850 |
| Financiamento em pesos colombianos | 2,87 | | | | 21.235 | 17.157 | 27.410 |
| Financiamento em rupias indianas | 9,00 | | | | 18.982 | 27.997 | 23.306 |
| Financiamento em euros | | | | | | 14.283 | 10.488 |
| Financiamento em reinmbi | 5,61 | | | | 3.025 | | |
| Captações no mercado aberto | | | | | | | |
| Moeda nacional | | | | | | | |
| BNDES | TJLP + 1,00 | | | | 574.660 | 514.493 | 375.008 |
| | | 696.646 | 564.545 | 471.841 | 1.361.851 | 1.239.054 | 1.130.662 |
| Passivo circulante | | (58.031) | (126.682) | (255.547) | (267.412) | (372.898) | (582.506) |
| Passivo não circulante | | 638.615 | 437.863 | 216.294 | 1.094.439 | 866.156 | 548.156 |

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Vide demonstrativo acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

- ✓ A receita líquida consolidada alcançou R\$ 2.964,5 milhões, 46,5% acima dos R\$ 2.023,8 milhões do exercício de 2009. As vendas para o mercado interno geraram receitas de R\$ 2.079,7 milhões, 50,4% superior aos R\$ 1.383,2 milhões do exercício anterior, representando 70,2% da receita líquida total (68,3% em 2009). As exportações somadas aos negócios no exterior atingiram a receita de R\$ 884,8 milhões, contra R\$ 640,6 milhões no exercício anterior, crescimento de 38,1%.
- ✓ O lucro bruto totalizou R\$ 631,3 milhões em 2010, ou 21,3% da receita líquida (19,0% em 2009). A melhora de 2,3 pontos percentuais na margem decorre principalmente dos ganhos de eficiência em função de investimentos realizados para atualização tecnológica das unidades fabris e da melhora no *mix* de vendas, com participação maior dos modelos rodoviários Geração 7. Em contrapartida, a valorização cambial ao longo de 2010 comprimiu as margens das exportações. O resultado dos *hedges* cambiais, que

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

somou R\$ 11,2 milhões, deixou de transitar pela margem bruta, sendo registrado na linha de "Receitas Financeiras" das demonstrações financeiras. Além disso, o ajuste a valor presente líquido das vendas e compras a prazo, que também deixou de transitar pela margem bruta, foi de R\$ 16,1 milhões em 2010.

- ✓ Em 2010, o saldo líquido das outras receitas e despesas operacionais foi de R\$ 26,2 milhões positivos contra R\$ 4,3 milhões também positivos em 2009. Este resultado é proveniente, em grande parte, do êxito em ações judiciais relativas ao PIS e COFINS.
- ✓ As despesas com vendas somaram R\$ 162,6 milhões em 2010 e representaram 5,5% da receita líquida, enquanto que no ano anterior estas despesas foram de R\$ 148,5 milhões, ou 7,3% da receita. Apesar do aumento nominal de R\$ 14,1 milhões, explicado pelo maior volume de vendas em 2010, o percentual sobre a receita líquida diminuiu.
- ✓ O resultado financeiro líquido em 2010 foi positivo em R\$ 78,2 milhões, contra um resultado também positivo de R\$ 49,3 milhões em 2009. Este resultado foi originado pelos *hedges* cambiais sobre os contratos de exportação no valor de R\$ 11,2 milhões, pelo ajuste a valor presente líquido das vendas e compras a prazo no montante de R\$ 16,1 milhões e por aplicações financeiras. As receitas financeiras somaram R\$ 208,8 milhões no ano contra R\$ 224,0 milhões no exercício anterior, e as despesas financeiras foram de R\$ 130,6 milhões em 2010 e de R\$ 174,7 milhões em 2009.
- ✓ O lucro líquido de 2010 atingiu R\$ 295,8 milhões, crescimento de 136,6% sobre os R\$ 125,0 milhões do exercício anterior. A margem líquida situou-se em 10,0% em 2010, contra 6,2% em 2009, resultado da melhora da margem bruta e do maior resultado financeiro.
- ✓ Em 2010, as atividades operacionais geraram recursos de R\$ 258,6 milhões. As atividades de investimentos demandaram R\$ 81,5 milhões, enquanto que as atividades de financiamento consumiram R\$ 2,1 milhões. Como resultado, o saldo inicial de caixa de R\$ 499,0 milhões, descontado de R\$ 1,9 milhão de variação cambial sobre o caixa, aumentou para R\$ 672,1 milhões ao final do ano.

| DADOS CONSOLIDADOS | 2010 | 2009 | Var. % |
|---|---------|---------|--------|
| Desempenho Operacional: | | | |
| Receita Operacional Líquida | 2.964,5 | 2.023,8 | 46,5 |
| - Receitas no Brasil | 2.079,7 | 1.383,2 | 50,4 |
| - Receitas no exterior | 884,8 | 640,6 | 38,1 |
| Lucro Bruto | 631,3 | 384,7 | 64,1 |
| EBITDA ⁽¹⁾ | 398,3 | 177,4 | 124,5 |
| Lucro Líquido | 295,8 | 125,0 | 136,6 |
| Posição Financeira: Segmento Industrial | | | |
| Caixa, Equivalente a Caixa e Aplicações Financeiras | 800,1 | 475,8 | 68,2 |
| Passivo Financeiro de Curto Prazo | 102,6 | 212,9 | (51,8) |
| Passivo Financeiro de Longo Prazo | 689,1 | 494,0 | 39,5 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | |
|---|---------|-------|--------|
| Passivo Financeiro Líquido (ativo) | (8,4) | 231,1 | - |
| Passivo Financeiro Líq. do Segmento Industrial/ <i>EBITDA</i> | - | 1,3x | - |
| Posição Financeira: Segmentos Industrial e Financeiro | | | |
| Caixa, Equivalentes a Caixa e Aplicações Financeiras | 854,3 | 536,4 | 59,3 |
| Passivo Financeiro de Curto Prazo | 268,2 | 379,8 | (29,4) |
| Passivo Financeiro de Longo Prazo | 1.094,4 | 866,2 | 26,3 |
| Passivo Financeiro Líquido | 508,4 | 709,6 | (28,4) |

Notas: ⁽¹⁾ *EBITDA ou LAJIDA* = Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações; pp = pontos percentuais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. a. Resultados das operações:****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 2.964,5 milhões, 46,5% acima dos R\$ 2.023,8 milhões do exercício de 2009. As vendas para o mercado interno geraram receitas de R\$ 2.079,7 milhões, 50,4% superior aos R\$ 1.383,2 milhões do exercício anterior, representando 70,2% da receita líquida total (68,3% em 2009). As exportações somadas aos negócios no exterior atingiram a receita de R\$ 884,8 milhões, contra R\$ 640,6 milhões no exercício anterior, crescimento de 38,1%. As receitas por produto e mercado de destino são apresentadas na tabela abaixo.

| PRODUTOS | 2010 | | 2009 | | TOTAL | |
|-----------------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|----------------|
| | MI | ME | MI | ME | 2010 | 2009 |
| Rodoviários | 750,4 | 393,2 | 413,5 | 273,3 | 1.143,6 | 686,8 |
| Urbanos | 569,0 | 251,8 | 388,4 | 205,1 | 820,8 | 593,5 |
| Micros | 114,8 | 38,9 | 61,1 | 34,6 | 153,7 | 95,7 |
| Minis – LCV | 45,8 | 68,0 | 16,4 | 53,2 | 113,8 | 69,6 |
| Subtotal carrocerias | 1.480,0 | 751,9 | 879,4 | 566,2 | 2.231,9 | 1.445,6 |
| Volares ⁽¹⁾ | 481,8 | 20,3 | 414,6 | 19,9 | 502,1 | 434,5 |
| Bco. Moneo, Peças, Outros | 117,9 | 112,6 | 89,2 | 54,5 | 230,5 | 143,7 |
| TOTAL GERAL | 2.079,7 | 884,8 | 1.383,2 | 640,6 | 2.964,5 | 2.023,8 |

Notas: ⁽¹⁾ MI = Mercado Interno; ME = Mercado Externo; ⁽²⁾ A receita dos Volares inclui os chassis.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O lucro bruto totalizou R\$ 631,3 milhões em 2010, ou 21,3% da receita líquida (19,0% em 2009). A melhora de 2,3 pontos percentuais na margem decorre principalmente dos ganhos de eficiência em função de investimentos realizados para atualização tecnológica das unidades fabris e da melhora no *mix* de vendas, com participação maior dos modelos rodoviários Geração 7. Em contrapartida, a valorização cambial ao longo de 2010 comprimiu as margens das exportações. O resultado dos *hedges* cambiais, que somou R\$ 11,2 milhões, deixou de transitar pela margem bruta, sendo registrado na linha de "Receitas Financeiras" das demonstrações financeiras. Além disso, o ajuste a valor presente líquido das vendas e compras a prazo, que também deixou de transitar pela margem bruta, foi de R\$ 16,1 milhões em 2010.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A valorização cambial ao longo de 2010 comprimiu as margens das exportações. O resultado dos *hedges* cambiais, que somou R\$ 11,2 milhões, deixou de transitar pela margem bruta, sendo registrado na linha de "Receitas Financeiras" das demonstrações financeiras. Além disso, o ajuste a valor presente líquido das vendas e compras a prazo, que também deixou de transitar pela margem bruta, foi de R\$ 16,1 milhões em 2010.

Em 2009, o lucro bruto totalizou R\$ 384,7 milhões, ou 19,0% da receita líquida. A melhora da margem em relação à 2008 decorreu dos preços praticados no mercado interno e da deflação das principais matérias primas. A ociosidade resultante da menor produção ao longo dos nove primeiros meses daquele ano e a curva de aprendizado na introdução em linha da

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Geração 7 de ônibus rodoviários impediram uma melhora ainda maior da margem bruta. Além disso, a valorização cambial ao longo do ano comprimiu as margens das exportações.

Em 2008, o CPV (Custo dos Produtos Vendidos) totalizou R\$ 2.058,1 milhões, ou 81,3% da receita líquida. A margem bruta foi resultado, basicamente, do reajuste de preços praticados no mercado interno ao longo do segundo semestre de 2008, o que gerou um crescimento maior da receita em relação ao custo, e à apreciação do dólar contra o Real nos últimos meses do ano, que trouxe maior rentabilidade às exportações. O reajuste de preços praticado resultou na perda momentânea de *market share*, mas, por outro lado, teve um reflexo positivo na margem bruta. Após sofrer com margens de exportação cada vez mais apertadas, a variação cambial trouxe maior rentabilidade às exportações da Companhia no ano.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além do que já foi comentado nos itens anteriores, cabe destacar que o resultado financeiro líquido em 2010 foi positivo em R\$ 78,2 milhões, contra um resultado também positivo de R\$ 49,3 milhões em 2009. Este resultado foi originado pelos *hedges* cambiais sobre os contratos de exportação no valor de R\$ 11,2 milhões, pelo ajuste a valor presente líquido das vendas e compras a prazo no montante de R\$ 16,1 milhões e por aplicações financeiras. As receitas financeiras somaram R\$ 208,8 milhões no ano contra R\$ 224,0 milhões no exercício anterior, e as despesas financeiras foram de R\$ 130,6 milhões em 2010 e de R\$ 174,7 milhões em 2009.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:****a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em janeiro de 2010, a Marcopolo exerceu opção parcial de compra, aumentando sua participação na Metalpar, na Argentina, para 40,0%. Em fevereiro de 2011, a Marcopolo aumentou sua participação na empresa para 50,0%. A Metalpar é a principal produtora de ônibus urbanos na Argentina, e a ampliação para 50% de participação na empresa permitirá à Marcopolo compartilhar a gestão de forma mais ativa, buscando maximizar as oportunidades naquele país.

c. Eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras de 2010 e 2009:

1 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como *ágio (goodwill)*. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do *ágio* inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o *ágio* é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício (Nota 2.12).

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(ii) Investimentos em empresas com controle compartilhado (*joint ventures*)

Empresas com controle compartilhado (*joint ventures*) são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Portanto as demonstrações financeiras das empresas com controle compartilhado são consolidadas proporcionalmente à participação da Companhia. Adicionalmente, o saldo dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*).

As perdas em empresas com controle compartilhado em excesso ao investimento efetuado nessas entidades, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa controlada em conjunto na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

Os ganhos e perdas em transações com empresas com controle compartilhado são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento financeiro nessa mesma empresa com controle compartilhado.

(iii) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.13 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora, com exceção daqueles demonstrados na Nota 31. No caso da Marcopolo S.A. as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo, e pela manutenção do saldo de ativo diferido registrado em controlada em conjunto (e refletido na rubrica de investimentos) existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Marcopolo e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

| <u>Controladas</u> | <u>Denominação</u> | <u>Moeda Funcional</u> | <u>País</u> |
|-------------------------------------|--------------------|------------------------|-----------------|
| • Banco Moneo S.A. | Banco Moneo | Reais | Brasil |
| • Brasa Middle East FZE. | Brasa | Dirham | Emirados Árabes |
| • Ciferal Indústria de Ônibus Ltda. | Ciferal | Reais | Brasil |

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

| | | | |
|--|----------------|----------------|---------------|
| • Ilmot International Corporation. | Ilmot | Dólar | Uruguai |
| • Laureano S.A. | Laureano | Peso Argentino | Argentina |
| • Marcopolo Argentina S.A. | Marsa | Peso Argentino | Argentina |
| • Marcopolo Auto Components Co. | MAC | Remimbi | China |
| • Marcopolo Indústria de Carroçarias S.A. | MPC | Euro | Portugal |
| • Marcopolo International Corp. | MIC | Dólar | Ilhas |
| • Marcopolo International Corporation S.A. | MIC UY | Dólar | Virgens |
| • Marcopolo Latinoamérica S.A. | Mapla | Peso Argentino | Uruguai |
| • Marcopolo South África Pty Ltd. | Masa | Rand | Argentina |
| • Marcopolo Trading S.A. | Trading | Reais | África do Sul |
| • Moneo Investimentos S.A. | Moneo | Reais | Brasil |
| • Syncroparts Comércio e Distribuição de Peças Ltda. | Syncroparts | Reais | Brasil |
| • PoloAutoRus LLC. | PoloRus | Rubro | Rússia |
| • Polo Serviços em Plásticos Ltda. | Polo Serviços | Reais | Brasil |
| • Polomex S.A. de C.V. | Polomex | Dólar | México |
| • Poloplast Componentes S.A. de C.V. | Poloplast | Peso Mexicano | México |
| • Fundo de Investimentos Paradiso | Fundo Paradiso | Reais | Brasil |
| • Multimercado | | | |

| Controladas em conjunto | Denominação | Moeda Funcional | País |
|---|--------------------|------------------------|-------------|
| • GB Polo Bus Manufacturing S.A.E. | GB Polo | Libra Egípcia | Egito |
| • Loma Hermosa S.A. | Loma | Peso Argentino | Argentina |
| • Metalpar S.A. | Metalpar | Peso Argentino | Argentina |
| • Marcopolo Argentina S.A. | Marsa | Peso Argentino | Argentina |
| • Rotas do Sul Logística Ltda. | Rotas do Sul | Reais | Brasil |
| • San Marino Bus de México S.A. de C.V. | San Marino | Peso Mexicano | México |
| • San Marino Ônibus e Implementos Ltda. | México | | Brasil |
| • Superpolo S.A. | San Marino | Reais | |
| • Tata Marcopolo Motors Limited. | Superpolo | Peso Colombiano | Colômbia |
| | TMML | Rupia | Índia |

| Coligadas | Denominação | Moeda Funcional | País |
|---|--------------------|------------------------|-------------|
| • MVC Componentes Plásticos Ltda. | MVC | Reais | Brasil |
| • Poloplast Painéis e Componentes Ltda. | Painéis | Reais | Brasil |
| • Spheros Climatização do Brasil S.A. | Spheros | Reais | Brasil |
| | Spheros | | México |
| • Spheros México S.A. de C.V. | México | Peso Mexicano | |
| • Spheros Thermosystems Colombia Ltda. | Spheros | Peso Colombiano | Colômbia |
| • Wsul Espumas Indústria e Comércio Ltda. | Colômbia | | |
| | Wsul | Reais | Brasil |

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas à moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas na reserva disponível para venda no patrimônio.

(c) Empresas da Companhia

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas e controladas em conjunto incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- (i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- (ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio;
- (iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, são reconhecidas no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda desses investimentos são reconhecidas no resultado abrangente. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

Os ajustes no ágio e no valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

5 Ativos financeiros

5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis, incluindo as relações interfinanceiras, são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e outras contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros receitas (despesas) operacionais, líquidos" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.8.

5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.4 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou a Companhia de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados em (a) acima. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

6 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "receitas (despesas) financeiras".

7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os custos dos estoques incluem gastos incorridos nas aquisições, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui parte das despesas gerais de fabricação, alocadas com base na capacidade normal de operação. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração ao seu valor recuperável.

9 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

São avaliados ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização; (c) os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Gastos decorrentes de reposição de um componente a um item do imobilizado que são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, são contabilizados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado.

11 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- o *software* pode ser vendido ou usado;
- o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment*

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

16 Imposto de renda corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as controladas e coligadas da Marcopolo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

17 Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, participação nos lucros, bônus, pagamento com base em ações e outros benefícios de aposentadoria e desligamento. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia estão descritas na Nota 17.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e outros compromissos atuariais são reconhecidos no resultado abrangente do exercício.

18 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em considerações o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de venda.

(a) Venda de ônibus

As vendas dos ônibus são reconhecidas sempre que se efetua a entrega dos carros para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o produto adquirido e não há nenhuma obrigação não satisfeita que pudesse afetar a aceitação desses produtos. O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os carros tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os carros de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, e são descontadas ao valor presente.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(c) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Marcopolo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Marcopolo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido diretamente no patrimônio líquido.

21 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:**

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

- . IFRS 9 "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração".
- . IAS 24 Revisado (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida.

A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. A Companhia aplicará a norma revisada a partir de 1º de janeiro de 2011. Quando a norma revisada é aplicada, a Companhia e a controladora precisarão divulgar quaisquer transações entre suas controladas e coligadas. A Companhia está atualmente avaliando seus sistemas para captar as informações necessárias. Portanto, não é possível, neste estágio, divulgar o impacto, se houver, da norma revisada sobre as divulgações de partes relacionadas.

- . "Classificação das emissões de direitos" (alteração ao IAS 32), emitida em

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação prévia é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros". A Companhia aplicará a norma alterada a partir de 1º de janeiro de 2011.

- . O IFRIC 19, "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais" está em vigor desde 1º de julho de 2010. A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto. A Companhia aplicará a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011.
- . "Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provimento de Fundos" (alteração ao IFRIC 14). As alterações corrigem uma consequência não intencional do IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos e sua Interação". Sem as alterações, as entidades não podem reconhecer como um ativo alguns pagamentos antecipados voluntários para contribuições mínimas de provimento de fundos. Essa não era a intenção quando o IFRIC 14 foi emitido, e as alterações corrigem isso. As alterações entram em vigor em períodos anuais iniciando em 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia é permitida. As alterações devem ser aplicadas retroativamente ao primeiro período comparativo apresentado. A Companhia, se aplicável, aplicará essas alterações no período de apresentação dos relatórios financeiros que iniciará em 1º de janeiro de 2011

(b) Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não são relevantes para as operações da Companhia

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Entretanto, não são relevantes para as operações da Companhia:

Apresentamos a seguir uma lista de normas/interpretações emitidas e que estão em vigor para períodos após 1º de janeiro de 2010.

| <u>Tópico</u> | <u>Exigências chaves</u> | <u>Data da entrada em vigor</u> |
|--|---|---------------------------------|
| Alteração no IAS 32, "Instrumentos Financeiros: Apresentação - | O IASB alterou o IAS 32 para permitir que direitos, opções ou <i>warrants</i> para adquirir um número fixo dos próprios instrumentos de | 1º de fevereiro de 2010 |

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

| Tópico | Exigências chaves | Data da entrada em vigor |
|---|---|---------------------------------|
| Classificação dos Direitos de Ações" | capital da entidade por um valor fixo em qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital, contanto que a entidade ofereça direitos, opções ou <i>warrants</i> de maneira proporcional a todos os seus proprietários da mesma classe de seus próprios instrumentos de capital não derivativos. | |
| IFRIC 19 - "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital" | Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente. | 1º de julho de 2010 |
| Alteração no IFRS 1 - "Primeira Adoção de IFRS - Isenção Limitada a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez" | Oferece para aquelas entidades que a adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações ao IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7. | 1º de julho de 2010 |
| IAS 24 - "Divulgações de Partes Relacionadas" (revisado em 2009) | Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas com o governo. | 1º de janeiro de 2011 |
| Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (<i>funding</i>) e sua Interação" | Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa. | 1º de janeiro de 2011 |
| IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" | O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de | 1º de janeiro de 2013 |

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

| Tópico | Exigências chaves | Data da entrada em vigor |
|---------------|---|---------------------------------|
| | <p>mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre <i>impairment</i> dos ativos financeiros e contabilização de <i>hedge</i> continua a ser aplicada.</p> <p>Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012.</p> | |

Aprimoramentos ao IFRS em 2010:

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1º de janeiro de 2011, a não ser que sejam indicados de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil.

| Tópico | Exigências chaves | Data da entrada em vigor |
|---|---|--|
| IFRS 1 - "Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade" | <p>(a) Mudanças na política contábil no ano da adoção</p> <p>Esclarece que, se uma entidade que faz a adoção pela primeira vez muda suas políticas contábeis ou seu uso de isenções no IFRS 1 após ter publicado um relatório financeiro intermediário de acordo com o IAS 34, "Relatório Financeiro Intermediário", essa empresa deve explicar as mudanças e atualizar as reconciliações entre GAAP anterior e IFRS.</p> <p>(b) Base de reavaliação como custo atribuído (<i>deemed cost</i>)</p> <p>Permite que as entidades que adotam pela primeira vez o IFRS utilizem o valor justo determinado por um evento</p> | <p>Aplicado prospectivamente.</p> <p>As entidades que adotaram IFRS em períodos anteriores podem aplicar a alteração retroativamente no primeiro período anual após a alteração entrar em vigor, contanto que a data da mensuração esteja no período</p> |

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

| <u>Tópico</u> | <u>Exigências chaves</u> | <u>Data da entrada em vigor</u> |
|------------------------------------|---|--|
| | <p>específico como custo atribuído, mesmo se o evento ocorrer após a data de transição, mas antes de as primeiras demonstrações financeiras em IFRS serem emitidas. Quando essa remensuração ocorre após a data de transição para IFRS, mas durante o período abrangido por suas primeiras demonstrações financeiras em IFRS, qualquer ajuste subsequente àquele valor justo determinado pelo evento será reconhecido no patrimônio. Esse evento pode ser, por exemplo, uma privatização ou aquisição.</p> <p>(c) Uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados (por exemplo, concessionárias de serviços públicos)</p> <p>As entidades sujeitas à regulamentação de tarifa podem usar os valores contábeis anteriores, de acordo com o GAAP anterior, do ativo imobilizado ou dos ativos intangíveis como custo atribuído em uma base item a item. É requerido que as entidades que usam essa isenção testem cada item para <i>impairment</i> de acordo com o IAS 36 na data da transição.</p> | <p>abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras em IFRS.</p> <p>Aplicado prospectivamente.</p> |
| IFRS 3 - "Combinações de Negócios" | <p>(a) Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado.</p> <p>Esclarece que as alterações ao IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgações", IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", e IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e</p> | <p>Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicada retroativamente.</p> |

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

| <u>Tópico</u> | <u>Exigências chaves</u> | <u>Data da entrada em vigor</u> |
|------------------------|--|--|
| | <p>Mensuração", que eliminam a isenção da contraprestação contingente, não se aplicam à contraprestação contingente que surgiu de combinações de negócios cujas datas de aquisição precedem a aplicação do IFRS 3 (como revisado em 2008).</p> <p>(b) Mensuração de participações não controladoras</p> <p>A escolha de mensurar as participações não controladoras ao valor justo ou pela parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida aplica-se somente a instrumentos que representam as atuais participações acionárias e dão direito aos seus detentores a uma parcela proporcional dos ativos líquidos no caso de liquidação. Todos os outros componentes de participação não controladora são mensurados ao valor justo, a menos que outra mensuração seja exigida pelo IFRS.</p> <p>(c) Concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente</p> <p>A orientação da aplicação em IFRS 3 aplica-se a todas as transações de pagamentos com base em ações que formam parte de uma combinação de negócios, incluindo concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente.</p> | <p>Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado prospectivamente, a partir da data em que a entidade aplicar o IFRS 3.</p> <p>Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado prospectivamente.</p> |
| IFRS 7 - "Instrumentos | Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e | 1º de janeiro de 2011 |

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

| Tópico | Exigências chaves | Data da entrada em vigor |
|---|---|---|
| Financeiros" | qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros. | Aplicado retroativamente. |
| IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" | Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras. | 1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente. |
| IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas" | Esclarece que as consequentes alterações a partir do IAS 27 feitas ao IAS 21 - "Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio", IAS 28 - "Investimentos em Coligadas" e IAS 31 - "Participações em <i>Joint Ventures</i> ", aplicam-se prospectivamente a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2009, ou antes dessa data, quando o IAS 27(R) é aplicado antecipadamente. | Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado retroativamente. |
| IAS 34 - "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários" | Oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de: <ul style="list-style-type: none"> . circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação; . transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; . mudanças na classificação dos ativos financeiros; e . mudanças nos passivos e ativos contingentes. | 1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente. |
| IFRIC 13 - "Programas de Fidelização de Clientes" | O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes. | 1º de janeiro de 2011 |

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:****a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Conforme mencionado no parecer dos auditores independentes, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marcopolo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:****a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não se aplica, dado que a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica, dado que a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

c. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica, dado que a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

d. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica, dado que a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iv. Contratos de construção não terminada

Não se aplica.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 1.8, comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.